

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.637 - MT (2020/0022540-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA SARAN
AGRAVANTE : OSMAR SARAN
ADVOGADOS : THIAGO DE ABREU FERREIRA - MT005928
MARCELO JOVENTINO COELHO - MT005950A
AGRAVADO : LEILA AGUETONI
ADVOGADOS : ELIANA DA COSTA - MT005447B
ROSANGELA DE ANDRADE KELM - MT009639B
ANNA BABKA - MT016925O
INTERES. : AGROPASTORIL TIARAJU SA
ADVOGADO : CÉSAR AUGUSTO GULARTE DE CARVALHO - RS024366
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por OSMAR SARAN e OUTRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

APELAÇÃO - AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEIÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA DA NOVA ADQUIRENTE DO IMÓVEL - DESCABIMENTO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA - INCORRÊNCIA - REQUISITOS DA PRESCRIÇÃO AQUISITIVA NÃO DEMONSTRADOS - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 139, 371, 372 e 490 do CPC, no que concerne à ocorrência de cerceamento de defesa, trazendo os seguintes argumentos:

Assim, o presente recurso não tem o objetivo de reexaminar provas, mas sim, verificar a suficiente convicção do TJMT quanto a correta aplicação de Lei Infraconstitucional, ou seja, dos artigos 139, 371, 372 e 490 do CPC, que restaram por violados pelo Acórdão, pois a formação da convicção se dera pelo método do livre convencimento e não pelo método da livre apreciação das provas. (fls. 2076).

[...] (fls. 2076).

O Acórdão manteve o erro do Juízo sentenciante, pois acabou por referendar o sistema da convicção pessoal em detrimento do sistema da livre apreciação das provas, especialmente pelo fato de que o Juízo

sentenciante nada falou sobre todo esse conjunto probatório. (fls. 2077).

[...] (fls. 2077).

Vale registrar, por amor ao debate, que o Recorrente requereu, desde a Inicial, a realização da audiência de instrução; contudo, o Juízo a quo julgou improcedente a ação antecipadamente sem oportunizar ao Recorrente a produção das provas previamente requeridas, pois não realizou a audiência de instrução nem a Perícia, o que desafiará, também, o competente Recurso Extraordinário. (fls. 2077).

É de fundamental importância a oitiva de testemunhas em audiência de instrução e demais provas requeridas pois a matéria a ser provada não se trata unicamente de matéria de direito, mas sim de fato, já que envolve, principalmente, a prova do tempo do exercício da posse do antecessor do Recorrente para demonstrar a *accessio possessionis*. (fls. 2077).

Não há, sequer, uma decisão indeferindo a realização da audiência de instrução, partindo o Juízo a quo direto para a Sentença, o que impediu até mesmo a interposição de Agravo de Instrumento; e, tudo isso, o Acórdão não considerou. (fls. 2078).

[...] (fls. 2078).

Assim, o direito do Recorrente ao devido processo legal substancial acaba por sofrer violação, pois houve uma restrição ilegítima ao direito de produzir prova como requereu, especialmente, prova de fato (tempo de posse) do antecessor/Leoni Bernardo, através de audiência de instrução não realizada (embora requerida). (fls. 2078).

[...] (fls. 2080).

Assim, deve ser provido o presente Recurso Especial para reformar o Acórdão a fim de que a Sentença que padece por *error in procedendo* (julgou antecipadamente sem audiência de instrução requerida) e *error in iudicando* (desconsiderou todo o conjunto probatório) ou seja anulada para que os autos retornem a Comarca de origem a fim de se realizar audiência de instrução devidamente e previamente requerida pelo Recorrente ou seja reformada a fim de ver procedente a ação de usucapião. (fls. 2080).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a ocorrência de usucapião, trazendo os seguintes argumentos:

A posse do Recorrente (*accessio possessionis*) é incontestável, ininterrupta e pacífica, por prazo suficiente para a reforma do Acórdão a fim de reconhecer a procedência da usucapião, como se vê a seguir.

A ação de usucapião foi iniciada no ano de 2004 já passados 14 longos anos de posse efetiva do Recorrente só durante o tramitar do processo até a Sentença.

O Juízo sentenciante reconheceu que a posse do antecessor (Leoni Bernardo) do Recorrente teria iniciado no ano de 1998 contando com 6 anos de posse.

Esse tempo de posse do Recorrente, 14 anos de processo mais 6 anos de posse do antecessor, que somam 20 (vinte) anos, é mais que suficiente para a procedência da usucapião, pois o tempo de ocupação com *animus* de possuidor durante a tramitação da ação deve ser contado para a formação do período de prescrição aquisitiva, o que não fora levado em conta nem pela Sentença nem pelo Acórdão (fls. 2080).

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Como salientado pelo Parquet, não há falar em nulidade da sentença por cerceamento de defesa diante da não realização de audiência de instrução, haja vista que o Magistrado, o destinatário da prova, julgou desnecessária a sua realização em um feito que já se arrasta por quase 15 anos, e que conta com inúmeros documentos carreados aos autos, inclusive com a transcrição dos depoimentos das testemunhas mencionadas pelo Apelante em sua exordial prestados em processos conexos, senão vejamos:

[...] (fl. 1968).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que

Superior Tribunal de Justiça

se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente